



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Concurso Público – Edital n° 03/2015

Prova Dissertativa 2ª Etapa - Tarde – 23/08/2015



301 – Procurador

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 3 questões dissertativas e 1 enunciado para elaboração de peça processual.
4. As questões deverão ser resolvidas no caderno de provas e transcritas na folha de versão definitiva, que será distribuída pelo aplicador de prova no momento oportuno.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber a folha de versão definitiva, examine-a e verifique se o nome impresso nela corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. A resposta da questão discursiva deve ser transcrita **NA ÍNTEGRA** para a folha de versão definitiva, com caneta preta.

Serão consideradas para correção apenas as respostas que constem na folha de versão definitiva.

8. Nesta prova será permitida consulta à legislação, desde que editada em livro sem qualquer anotação, comentário, apontamento, jurisprudência, súmulas, orientações jurisprudenciais ou enunciados dos tribunais.
9. As páginas dos códigos contendo súmulas, orientações jurisprudenciais, enunciados e exposições de motivos devem estar grampeadas, sob pena de eliminação do Concurso Público.
10. Não será permitida a utilização de material impresso ou fotocopiado, exceto em relação às leis municipais mencionadas no conteúdo programático, anexo do Edital 03/2015.
11. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
12. São vedados o porte e/ou o uso de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas, relógios com calculadoras, relógios digitais, telefones celulares, *tablets*, microcomputadores portáteis ou similares, devendo ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. É vedado o porte de arma, assim como protetores auriculares, boné, chapéu, gorro e assemelhados. Caso essas exigências sejam descumpridas, o candidato será excluído do concurso.
13. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para a folha de versão definitiva.
14. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, a folha de versão definitiva e a ficha de identificação.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

Direito
Processual Civil

Direito do
Trabalho e Processo
do Trabalho

Direito
Tributário e
Processo Tributário

Peça Processual

INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – QUESTÃO DISSERTATIVA 01

Cidadão propôs uma demanda de fornecimento de medicamento contra Município e Estado Federado. Foi concedida a antecipação da tutela por ele pleiteada. Contra tal decisão foi interposto pelo Município recurso de agravo de instrumento. O recurso foi conhecido pelo Tribunal de Justiça, que a ele negou provimento. Responda, justificando:

- a) É cabível recurso extraordinário contra a decisão que negou provimento ao recurso do Município?
- b) É possível se pedir a suspensão da tutela antecipada após o improvimento do agravo de instrumento?
- c) É possível forçar a participação da União na demanda mediante seu chamamento ao processo?

a)

Limite máximo

b)

Limite máximo

c)

Limite máximo

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO – QUESTÃO DISSERTATIVA 02

Uma decisão judicial proferida por uma das varas trabalhistas de Curitiba condenou o Município a responder solidariamente como tomador do serviço de vigilância em conjunto com a empresa Vigilância Ltda. diante do mero inadimplemento desta empresa no tocante ao pagamento das verbas trabalhistas de seus empregados.

Partindo do pressuposto do equívoco dessa decisão, bem como da posição do STF e do TST sobre o assunto, como Procurador do Município, indaga-se:

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO – QUESTÃO DISSERTATIVA 03

A empresa Estacionamentos Paranaenses Ltda. foi notificada pelo Município de Curitiba para recolher R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e R\$ 1.000,00 (mil reais) a título de multa moratória.

Esgotadas as instâncias administrativas, o débito foi inscrito em dívida ativa e executado judicialmente.

Após o trânsito em julgado do processo de embargos à execução fiscal – com vitória para a Fazenda Pública –, a empresa executada tomou conhecimento da publicação da Lei nº XX/2015, que reduziu não só a alíquota do ISSQN, como também as multas moratórias e punitivas referentes ao mesmo tributo.

A fim de ver reduzido o valor executado (tributo e multa), antes do leilão do bem penhorado no curso da Execução Fiscal, a empresa Estacionamentos Paranaenses Ltda. opôs exceção de pré-executividade, oportunidade em que suscitou os benefícios da Lei nº XX/2015.

Levando em consideração a situação hipotética narrada acima, discorra, de maneira fundamentada, acerca da procedência ou da improcedência da pretensão da empresa executada, abordando, necessariamente:

- a) o cabimento/descabimento da medida escolhida (exceção de pré-executividade);**
- b) a legislação aplicável à matéria;**
- c) o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.**

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO